

Ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões a partir dos estudantes de Ciências Sociais em Marabá-PA

Remote teaching in pandemic times: reflections
from Social Sciences students of Marabá-PA

Edimilson Rodrigues de Souza¹
edimilsonrondon@unifesspa.edu.br

Edma do Socorro Silva Moreira²
edma@unifesspa.edu.br

Celia Regina Congilio³
celiacongilio@unifesspa.edu.br

Cloves Barbosa⁴
cloves@unifesspa.edu.br

Resumo

Este artigo tem o propósito de refletir sobre as condições de acesso e permanência dos discentes da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (Facsat), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em participar do semestre letivo na modalidade remota (à distância), a partir de setembro de 2020, com a aprovação da Resolução nº 500, estabelecendo normas para o Período Letivo Emergencial (PLE), orientadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS): as medidas sanitárias estabelecidas para reduzir as taxas de transmissão do novo Coronavírus. Nossa reflexão parte da pesquisa em ciberespaços (Rifiotis, 2016; Miller e Slater, 2004) realizada com os discentes da Facsat, no período de 29 de junho a 15 de julho de 2020, por meio de questionário eletrônico na plataforma Google. Como aporte teórico-metodológico este artigo se insere na interface entre pesquisa quantitativa e qualitativa (Richardson, 1989; Sanchis, 1997), com ênfase na relação entre ensino e saúde pública (Biehl, 2011; Santos, 2020; Segata, 2020), considerando as particularidades do contexto regional (Hébette, 1991; 2004; Martins, 1980; 2009). A pesquisa evidenciou as condições limitadas de acesso dos estudantes a equipamentos eletrônicos adequados, redes de dados disponíveis e estrutura física básica para estudos, que se impõem como barreiras à sua participação em aulas na modalidade remota, nos alertando de que a universidade não poderia desconsiderar a realidade desses discentes sob pena de contribuir para aprofundar a exclusão social, como indicado ao longo do texto.

Palavras-chave: *Amazônia; Ensino Remoto; Exclusão Social*

Abstract

This article aims to reflect on the conditions of access and permanence of the students of the Faculty of Social Sciences of Araguaia-Tocantins (Facsat), at the Federal University of the South and Southeast of Pará (Unifesspa), in participating in the semester in remote modality (distance education), from September 2020, with the approval of Resolution nº 500, establishing rules for the Emergency Academic Period (PLE), guided by the World

¹ Doutor em Antropologia Social pela Unicamp, professor na Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Facsat/Unifesspa). e-mail: edimilsonrondon@unifesspa.edu.br

² Doutora em Ciências Sociais pela UFPA, professora na Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (Facsat) e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA), ambos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). e-mail: edma@unifesspa.edu.br

³ Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, professora na Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (Facsat) e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA), ambos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). e-mail: celiacongilio@unifesspa.edu.br

⁴ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor na Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Facsat/Unifesspa). e-mail: cloves@unifesspa.edu.br

Health Organization (WHO): the sanitary measures established to reduce the rates of transmission of the new Coronavirus. Our reflection starts with cyberspace research (Rifiotis, 2016; Miller and Slater, 2004) conducted with Facsat students, from June 29 to July 15, 2020, through an electronic questionnaire on the Google platform. As a theoretical and methodological contribution, this article is inserted in the interface between quantitative and qualitative research (Richardson, 1989; Sanchis, 1997), with emphasis on the relationship between education and public health (Biehl, 2011; Santos, 2020; Segata, 2020), considering the particularities of the regional context (Hébette, 1991; 2004; Martins, 1980; 2009). The research showed the limited conditions of students' access to adequate electronic equipment, available data networks and basic physical structure for learning, which impose themselves as barriers to their participation in remote classes, warning us that the university could not disregard the reality of these students under pain of contributing to deepen social exclusion, as indicated throughout the text.

Keywords: Amazon; Remote Teaching; Social exclusion

Introdução

A pesquisa que provoca esse artigo se coloca no contexto mundial da pandemia de Covid-19, no qual os debates sobre ações políticas, econômicas, sociais e ambientais de retomada da "normalidade" da vida ocupam espaço significativo nas mídias, nas plataformas políticas dos governos, nas instituições de ensino e nos diversos movimentos da sociedade organizada. Retornar ao "normal" se impõe necessário para aqueles que privilegiam o "desenvolvimento econômico" e banalizam a vida, negando a ciência e os direitos humanos, como explica João Biehl, num outro contexto, "precisamos ficar atentos às maneiras como essas configurações são constantemente construídas, desfeitas e refeitas pelo desejo e o dever de pessoas reais – vivendo no caos, no desespero e na aspiração, da vida em circunstâncias idiossincráticas" (2011, p. 276).

Ressaltamos as devidas distinções entre a análise mais ampla, proposta pelo autor, sobre o contexto com suas arenas de disputas da saúde global e a questões por nós propostas, sobre as atividades de ensino presenciais interrompidas para minimizar os riscos de contágio pelo novo Coronavírus. Entendemos que num plano mais geral está em jogo, entre diferentes grupos de gestores de educação pública e privada, certa concepção de educação como mercadoria. Nessa disputada narrativa sobre o ensino remoto ou presencial das aulas esses atores se fortalecem econômica e ideologicamente defendendo o retorno ao "novo normal".

O artigo aqui proposto é resultado da pesquisa desenvolvida por docentes da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (Facsat), do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Tratamos

sobre as reais condições econômicas e de acesso às plataformas digitais, bem como do bem-estar físico e mental dos discentes em face do isolamento social e da suspensão das atividades acadêmicas presenciais, ambos impostos pela disseminação da Covid-19, provocada pelo novo Coronavírus, SARS-CoV-2. Preocupamo-nos em conhecer também as possibilidades (ou não) de retomada de práticas acadêmicas, na modalidade remota ou presencial, devido às exigências do Ministério da Educação (MEC) para o retorno das atividades nas Universidades brasileiras.

Em resposta ao MEC, a Unifesspa, através de um grupo de trabalho, se empenhou na construção de uma Resolução para implementação de um Período Letivo Emergencial (PLE), com ensino remoto, haja vista a impossibilidade de retornar às atividades presenciais em razão da ainda crescente circulação do vírus e dos riscos implicados para a saúde, tanto dos discentes quanto dos docentes, técnicos e funcionários terceirizados.

A pesquisa realizada partiu da seguinte inquietação: **os discentes da Facsat teriam condições de realizar atividades de ensino remoto?** Tinha-se por necessidade saber, de modo objetivo e fundamentado, quais as possibilidades de retomada das atividades no formato remoto, e quais as condições de acesso os estudantes disporiam (equipamentos adequados, redes de dados disponíveis e estrutura física básica, por exemplo)⁵, uma vez que a universidade não poderia atender a uma determinação de instâncias superiores sem considerar a realidade desses discentes. Entendemos que a instituição deve assumir, por princípio básico, o compromisso social de combate às desigualdades, infelizmente ainda marcantes no Pará e no Brasil. Nossa hipótese foi a de que um número grande de estudantes ficaria excluído do direito à educação, devido às suas condições econômicas e de acesso tecnológico limitadas.

⁵ Segundo informações de um profissional do setor de internet local, o município de Marabá conta atualmente com cinco principais provedores: Fribalink, Júpiter, IBL, Oi e SKNet. Os três primeiros oferecem pacotes com velocidade de até 500mbps (Megabits por segundo), com transmissão de dados via fibra ótica, e mensalidades que custam R\$ 150,00, em média (37,5% do valor de uma bolsa de iniciação científica ou monitoria, R\$ 400,00). Os dois últimos, assim como alguns outros provedores menores oferecem pacotes com velocidade de até 200mbps, e atendem as áreas mais afastadas da cidade.

A pesquisa ocorreu no período de 29 de junho a 15 de julho de 2020 e o público-alvo foram os 176 estudantes da Facsat, matriculados nas turmas de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 para o período letivo 2020.2⁶. Este universo de pesquisa recebeu o questionário através do endereço eletrônico individual, com questões de cunho quantitativo e qualitativo, o que da nossa perspectiva expandia a possibilidade de análise ao relacionar dados estatísticos com visões mais subjetivas sobre os efeitos da pandemia (Sanchis, 1997).

Conforme prevíamos, parte considerável dos discentes não respondeu ao questionário. Deste modo, obtivemos uma amostra possível de 62 estudantes (36%), em razão das dificuldades que muitos apresentam em acessar meios eletrônicos nos locais distantes de Marabá, onde residem. Havia nesse dado um elemento importante para avaliar: muitos estudantes se encontravam já excluídos do acesso à comunicação com a Facsat, uma vez que em períodos presenciais acessavam os laboratórios, os computadores instalados na biblioteca e a internet da própria universidade.

Nosso objetivo foi avaliar se seria factível aos discentes participarem de atividades remotas ou presenciais durante a pandemia da Covid-19, bem como examinar os impactos dessa pandemia na rotina diária dos estudantes, em virtude do isolamento social decretado localmente para reduzir o contágio do novo Coronavírus, desde 19 de março de 2020. Enfim, procuramos saber quais os instrumentos, espaços físicos e as condições psicológicas e emocionais que os discentes dispunham para acompanhamento de possíveis atividades acadêmicas e expor, caso se confirmasse, o grau de exclusão de discentes que não teriam condições para acompanhar as aulas remotas.

A desconsideração da gravidade de situações pandêmicas na Amazônia é recorrente na história do Brasil. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por exemplo, que possibilitava um acesso da Bolívia ao mar para escoar a produção de borracha, foi tentada várias vezes sem levar em consideração a quantidade de pessoas, trabalhadores braçais e engenheiros, que eram infectados e mortos principalmente pela febre amarela (Ferreira, 1981).

No caso desse atual momento pandêmico, a pesquisa foi constituída por uma comissão formada por quatro docentes da Facsat, normatizados pela Portaria nº 07/2020. Essa comissão construiu um questionário pela plataforma *Google Forms*, composto por 17 questões: 15 de múltipla escolha e 02 discursivas; deste total, 14 com respostas obrigatórias e 03 opcionais. Das perguntas de múltipla escolha, 06 delas possibilitavam mais de uma resposta e 09 apenas uma alternativa.

A coleta de dados foi orientada pelo debate sobre etnografias on-line ou etnografias em ciberespaços (Rifiotis, 2016).

Esta perspectiva foi aqui adotada por duas razões, a primeira delas por acreditarmos nos argumentos de autores que defendem a internet como componente das relações sociais e não como espaço paralelo à vida social off-line (Miller e Slater, 2004); a segunda, pela impossibilidade de aplicar questionários de forma presencial em função das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, considerando, sobretudo, as orientações de epidemiologistas e diversos especialistas em saúde, divulgadas pelos veículos de imprensa e, a nível local, pela Comissão de Enfrentamento à Covid-19 da Unifesspa (CEC) que têm reforçado, desde o início desta pandemia, a importância de se manter o distanciamento físico como forma de reduzir as taxas de contaminação pelo vírus.

Nossas escolhas metodológicas foram, nesse sentido, orientadas pelo debate proposto por Daniel Miller e Don Slater (2004), que criticam concepções difundidas sobre a internet como cenário autocontido e acentuam a fluidez das relações estabelecidas, "dentro" e "fora" da internet, como espaços sociais contínuos e não contíguos, portanto interconectados e não paralelos, como poderíamos a princípio supor. Para os atores é preciso "[...] evitar o perigo de reificar o objeto [de estudo] tanto quanto evitar o perigo de produzir um contexto [internet] reificado analiticamente" (p. 46).

Dessa perspectiva, os questionários respondidos de forma voluntária, foram enviados via e-mails para as turmas, e o link circulou também nos grupos de WhatsApp dos estudantes. A identificação não foi obrigatória, o que da nossa perspectiva provocaria menos desconforto com relação às perguntas propostas.

A porcentagem reduzida de 36% de retorno constituiu o que nos foi possível obter nas condições em que os discentes se encontravam: ausentes de atividades presenciais e em isolamento social. Os dados obtidos por meio de respostas ao questionário foram transformados em gráficos com uso de uma planilha eletrônica, e, como forma de visualização gráfica para que, depois, pudessem ser analisados com base nas definições de Levin (1987) e Richardson (1989).

O artigo está estruturado em cinco tópicos. Seguindo essa introdução descrevemos o contexto regional onde se localiza a Facsat e a Unifesspa, região estratégica para a expansão do capital e com diversos conflitos socioambientais. Na terceira parte são apresentados os gráficos elaborados e comentados a partir dos dados obtidos com as respostas dos discentes. A quarta parte está composta por uma análise sobre esses dados e, na quinta, estão algumas "(in)conclusões" sobre as limitadas condições de acesso dos estudantes a equipamentos eletrônicos adequados, redes de dados disponíveis e estrutura física básica para estudos, que se impõem como reais problemas enfrentados para a sua participação em aulas na modalidade remota, nos alertando de que a universidade

⁶ A Unifesspa organiza as atividades de ensino anual, na graduação e pós-graduação, em quatro períodos letivos, a saber: períodos letivos 1 e 3, também conhecidos como intervalares, que ocorrem nos meses de janeiro, fevereiro e março, depois julho e agosto, respectivamente; períodos 2 e 4, denominados regulares, com atividades nos meses de março a junho e agosto a dezembro, respectivamente.

não poderia desconsiderar a realidade desses discentes sob pena de contribuir para aprofundar a exclusão social⁷.

O contexto regional do curso de Ciências Sociais em Marabá

Para compreender o contexto do curso de Ciências Sociais no Sudeste do Pará, lugar de origem da maioria dos nossos discentes, é relevante situá-lo no ambiente geral da Amazônia brasileira a partir da segunda metade do século XX, quando se acirraram processos de políticas governamentais de colonização com a abertura das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte e Transamazônica. Estas rodovias compunham o Plano de Integração Nacional (PIN) e mobilizaram o deslocamento de grupos de camponeses e de latifundiários, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Uma das metas estabelecida no PIN foi integralizar a Amazônia às demais regiões do país, estimulando a migração de colonos para aquelas áreas, o que provocou intensos fluxos migratórios para a região (Silva, 2014).

O êxito do PIN significava a solução dos problemas de "homens sem terra" nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país, ocupando "terra sem homens" na Amazônia, como propagado pelos governos militares quando da ocupação amazônica por grandes projetos de expansão capitalista. A propaganda de integralização regional tinha como base "a situação insustentável de milhares de agricultores pressionados pela crescente concentração da terra nas regiões de mais denso povoamento, como Nordeste, Paraná, Espírito Santo" (Hébette, 2004, vol. I, p. 333). Contudo, ao estruturar essa política de "integralização", os órgãos governamentais desconsideraram a ocorrência de diversos fluxos migratórios anteriores, de populações camponesas, assim como a existência de povos ribeirinhos e indígenas de variadas etnias (DaMatta e Laraia, 1978; Martins, 2009; Hébette, 1991).

As políticas do Estado, no período ditatorial, produziram inúmeras formas de violência contra indígenas e camponeses (castanheiros, ribeirinhos, garimpeiros, entre outros), como relatam DaMatta e Laraia (1978), Ianni (1978) e Martins (2009). Com

a eclosão desses conflitos, carregados de violência tanto física, quanto simbólica, evidencia-se a ocupação de terras devolutas por posseiros e a concessão dessas terras, por agentes dos órgãos estatais, a grandes empresas agropecuárias. Esse processo será institucionalizado por práticas de grilagem de terra⁸, desapropriações e violências contra indígenas e, inclusive de chacinas de camponeses (Figueira, 1986). Indígenas e camponeses sofreram grandes danos em suas organizações sociais ao serem deslocados de seus territórios, como considera Martins (1980):

Para a Amazônia estão se deslocando, portanto, contingentes populacionais desalojados por uma estrutura fundiária concentracionista e expropriatória, agravada por uma política governamental de franca opção pela grande empresa e pela propriedade capitalista da terra. A Amazônia é hoje [1980] uma das regiões mais tensas do país exatamente porque nela estão se acumulando tensões geradas em outras áreas, ao mesmo tempo em que a reprodução deliberada e exacerbada da estrutura fundiária concentracionista, que expulsa lavradores e trabalhadores rurais, faz dela uma região de desespero (p. 86).

No discurso prático, o estímulo à migração para o Norte, se justificava como forma de resolução de outros conflitos fundiários, especialmente no Nordeste e Sudeste do país. No geral, ele reforçou a apropriação e controle dos recursos naturais, gerando novos conflitos pelos mesmos dilemas: as desigualdades da estrutura fundiária brasileira. Descentralizando o problema, não se imaginou que pudessem ser organizadas novas formas de ocupação e resistência, nesses espaços de disputa.

Martins (1980, pp. 86-87) destaca que entre 1975 e 1976, 90% das mortes em conflitos pela terra ocorriam na região amazônica. Esses conflitos graves estavam ligados à resistência dos posseiros no local.

Há que se considerar ainda a violência marcada por expropriações de territórios provocadas pela implantação dos grandes projetos minerários. O período marcado pela ditadura militar demarcou a abertura da Amazônia para o capital internacional e trouxe novas conformações ao sudeste paraense, proximidades do chamado Bico do Papagaio, região que ficou conhecida como palco da Guerrilha do Araguaia⁹:

⁷ No período da realização desta pesquisa com os discentes da Facsat as atividades de ensino na Unifesspa estavam suspensas. Após a aprovação da Resolução nº 500, de 12 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Período Letivo Emergencial (PLE), na forma de Ensino Remoto, a Unifesspa retomou as ações acadêmicas de ensino, com oferta de disciplinas regulares e cursos de extensão aprovados em praticamente todos os institutos. Conversas informais com professores da Facsat no atual período (abril de 2021) indicam uma defasagem com cercar de 40% entre alunos matriculados e os que estão acompanhando as aulas. Para dados mais precisos seria necessária a realização de uma nova pesquisa.

⁸ A grilagem consiste na falsificação de documentos de terra, que são artificialmente envelhecidos. Estes documentos são armazenados em contato com grilos. A urina e as fezes deste animal amarelam e mancham o papel. De acordo com Airton dos Reis Pereira (2015), é recorrente também a "falsificação de títulos de propriedade e seus registros, bem como de registro de escritura de compra e venda sem a linhagem da transmissão, normalmente com a convivência de serventários de Cartórios de Registro Imobiliário e de órgãos governamentais. Em conjunto com esses procedimentos o grileiro usa da violência para expulsar e assassinar, normalmente trabalhadores rurais, seus concorrentes" (pp. 99-100).

⁹ "A Guerrilha do Araguaia teria sido o confronto armado entre 69 militantes do PCdoB e o Exército na região do Araguaia, entre 1972 e 1975, na divisa dos Estados de Goiás e Pará. Com o objetivo de derrubar o governo da ditadura militar e instaurar no País uma 'democracia popular' militantes do PCdoB passaram a viver clandestinamente entre posseiros da região. Descobertos pelo Exército, iniciou-se, em abril de 1972, uma guerra de guerrilhas terminando somente em janeiro de 1975 após a morte de quase todos os militantes do partido" (Pereira, 2004, p. 50).

Dentre os Grandes Projetos que foram aportados para a região destacam-se o Projeto Jari, Projeto Grande Carajás, Albrás-Alunorte e Hidrelétrica de Tucuruí. Entre esses, o que mais impacta a região sudeste do Pará é o Grande Carajás, lançado pelos militares com o objetivo difusamente propagado de provocar um crescimento harmônico, gerar novos empregos e pagar os débitos da dívida externa brasileira. No entanto, o que ocorreu foi a penetração do grande capital na Amazônia, e o Estado, como aparelho estratégico, empreendeu ações para que isto ocorresse dentro da pauta de interesses das multinacionais (Congilio e Ikeda, 2014, p. 83).

Atualmente, a Vale S.A., antiga Companhia Vale do Rio Doce, estatal privatizada desde 1996, ampliou a extração de ferro da Serra dos Carajás para o município de Canaã dos Carajás, deslocando vários assentamentos rurais com produção consolidada, além de desestruturar bairros inteiros não somente em Canaã dos Carajás, como em todo o trajeto de 900 km, por onde passa o trilho da ferrovia, que precisou ser duplicado para escoamento da grande quantidade de minérios produzidos pelo projeto S11D pela Vale S.A (Melino, 2011). Segundo a própria empresa (Vale S.A., s.d.), a mina S11D tem capacidade de produção de 120 milhões de toneladas de minério ao ano e o escoamento desse produto nos trilhos que vão do município de Parauapebas-PA ao Porto de Itaqui, no Maranhão, passando por Marabá, deixa um rastro de desastre ambiental, deslocamentos compulsórios de populações estabelecidas e um grande caos também urbano, causados pelo desemprego formado pelos despejos rurais e atração de uma força de trabalho em número muito maior do que a absorvida pelos empreendimentos instalados na região. Muitos estudantes da Unifesspa, especialmente os do curso de Ciências Sociais, são oriundos desse ambiente marcado por essas e outras desigualdades e vulnerabilidades socioeconômicas. Não é raro termos nas colações de grau o primeiro e único membro de uma família se formando graças ao sacrificado apoio que obteve dos demais parentes.

É nesse contexto que está implementado o Curso de Graduação em Ciências Sociais, no município de Marabá. De acordo com os dados do Projeto Pedagógico (2017, pp. 07-10), foi inicialmente ofertado na modalidade intervalar – com disciplinas concentradas nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto – pelo antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 1994. O quadro docente era formado, inicialmente, por professores do Campus de Belém da UFPA, que permaneciam em Marabá apenas durante o período no qual as disciplinas eram ofertadas.

Em 1999 foram oferecidas vagas para a segunda turma, ainda no regime intervalar. Somente no ano 2000 foi criada e aprovada a primeira turma de licenciatura em Ciências Sociais na modalidade regular, quando as atividades de ensino, pesquisa e extensão passaram a ser desenvolvidas em caráter extensivo, a partir da formação de um quadro docente no campus avançado da UFPA, em Marabá, com professores que já nele atuavam e pela contratação de novos docentes. A regulamentação deste novo

curso de Ciências Sociais foi aprovada pelo parecer nº 09/2003, de 01 de outubro de 2003, da Câmara de Ensino da UFPA.

Em 2012, como resposta às demandas de alunos egressos dos cursos de graduação em ciências humanas por cursos de formação em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*, alguns professores dos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, Educação do Campo, História e Geografia, numa iniciativa conjunta, criaram o Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), que a partir de 2014 passa a compor a recém-criada Unifesspa, em 05 de junho de 2013.

O PDTSA, primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* criado no Sul e Sudeste do Pará, oferta anualmente vagas para o curso de mestrado acadêmico, na área interdisciplinar, com ênfase no debate e análise das dinâmicas socioterritoriais e das populações que compõem o mosaico dos movimentos sociais nesta mesorregião.

A Unifesspa, com *campi* em cinco municípios da região: Marabá, Santana do Araguaia, Xinguara, São Félix do Xingu e Rondon do Pará, atualmente está estruturada com 436 docentes em mais de 40 cursos de graduação e diversos cursos de pós-graduação, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão em diferentes áreas de conhecimento. Abrange uma extensa área geográfica, atingindo 39 municípios do estado do Pará, além do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A universidade se localiza numa área da Amazônia rica em recursos naturais e onde atua uma das maiores empresas mundiais, a mineradora Vale S.A., que explora minérios e abastece o mercado internacional. Por outro lado, é uma região que apresenta enormes desigualdades sociais, concentração de terra e violência contra grupos sociais diversos: camponeses, indígenas, pescadores, agroextrativistas, posseiros, sem-terra, entre outros. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que os conflitos no campo na Amazônia “concentrou a violência extremada, com 27 (84,4%) dos 32 assassinatos registrados pela CPT”, em 2019 (Canuto *et al.*, 2020, p. 08).

Desvelar o contexto acima é relevante para demarcar a importância de um Curso de Ciências Sociais que possibilita a formação de profissionais com uma reflexão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, ambientais e culturais, e que tenham potencial para propor mudanças políticas para essa realidade. Igualmente, julgamos necessário situar o lugar de resposta, desses estudantes em isolamento social, à nossa pesquisa, demarcado por desigualdades, conflitos e violências frequentes.

Resultados e descrição dos dados da pesquisa

No que se refere ao local e aos objetivos que apresentamos, os dados obtidos pela pesquisa com os discentes dos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais da Facsat possibilitaram formar quinze (15) gráficos com base nos dados de cada pergunta respondida.

Mesmo com limitações, do ponto de vista dos maiores rigores das exigências estatísticas, a pesquisa torna possível uma visão parcial da situação de acesso aos meios digitais que os discentes participantes dispunham no momento da sua realização. Veremos a seguir, com mais detalhes, estas questões a partir dos gráficos gerados.

A maior quantidade de participantes que respondeu espontaneamente ao questionário é proveniente das áreas urbanas. Sabemos, entretanto, que muitos alunos habitam também em áreas rurais, quilombolas, ribeirinhas e indígenas da região, embora os dados não permitam apontar a proporcionalidade de discentes matriculados na Facsat com relação à sua área de procedência. Isso talvez possa explicar o reduzido retorno que obtivemos aos questionários.

As respostas obtidas apontam que a grande maioria dos discentes da Facsat não faz parte de algum grupo específico de maior atenção social. As respostas permitem visualizar que 56 (90,3%) de discentes que responderam estão nesta situação. Mas há que se considerar respostas de estudantes que fazem parte de grupos diferenciados na sociedade. Possivelmente, outros nesse mesmo grupo, não tiveram acesso aos questionários, tais como indígenas e quilombolas que vivem em áreas rurais, sem acesso à internet, ou pessoas de baixa visão.

Você reside em zona
62 respostas

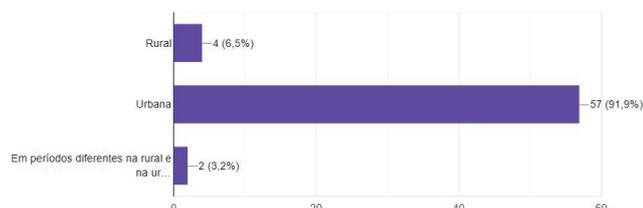


Gráfico 01: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa quanto à área de moradia dos discentes de Ciências Sociais
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020

Você faz parte de algum dos grupos abaixo? Se sim, qual(is)?
62 respostas

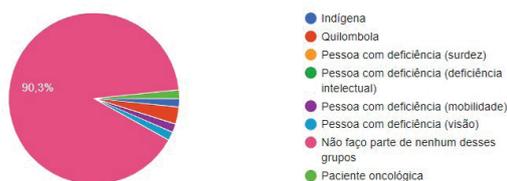


Gráfico 02: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa quanto à inserção nos grupos identificados de pessoas na sociedade
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Os dados obtidos dos participantes da pesquisa demonstram a predominância de residência em casas próprias, com índice de 72%, enquanto que mais de um terço das pessoas apontam que residem em imóvel alugado. Uma indicação da precariedade de condições residenciais ao estudo é o índice de somente 11,3% de pessoas residirem em imóveis com mais de três compartimentos, pois essa porcentagem aponta que, do total dos participantes, muitos alunos se encontram em residências com espaços limitados em relação a sua adequação para estudos, fato que interfere na aprendizagem, na medida em que eles devem compartilhar os mesmos ambientes com os demais membros da família, cujas atividades podem ser distintas de seus estudos.

Essa situação pode interferir na concentração, no rendimento e na aprendizagem desses estudantes que antes da pandemia recorriam aos espaços da universidade, bibliotecas e salas de aula por exemplo, para realizar seus estudos. Ademais, o ensino remoto lhes impõe uma concentração, um ritmo e uma performance com as quais eles precisam se adequar e ainda entender para melhor aproveitar as aulas. No geral é uma situação nova que envolve, de certa forma, todos os integrantes da família (Saraiva *et al.*, 2020).

Sobre sua residência (marque até duas opções)
62 respostas

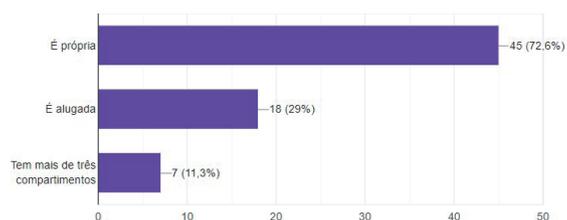


Gráfico 03: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação ao imóvel residencial
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Habitam em sua residência:
62 respostas

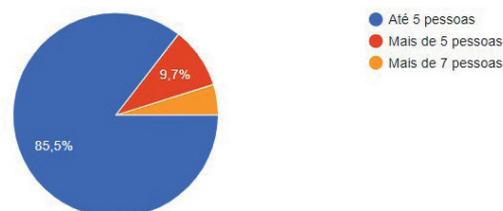


Gráfico 04: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação a quantidade de pessoas residentes no mesmo espaço habitacional
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

A grande maioria dos participantes reside em imóveis com até cinco (05) pessoas com índice de 85,5%. Mas existem pessoas que vivem em residências com mais de cinco (05) pessoas.

Estes dados trazem uma preocupação maior entre nós, docentes, à medida que nos revelam instabilidades emocionais dos discentes e sobre as quais não temos expertise para atuar, mesmo estando sensíveis com relação a elas, uma vez que podemos enfrentar semelhantes problemas nesse contexto de pandemia em que a grande maioria da população brasileira se encontra em condições de vulnerabilidade social, econômica e ambiental. Assim, se 35% dos participantes se sentem inquietos(as), e ainda 48,4% apontam para a dificuldade de terem iniciativas, juntamente com 32,3% dos participantes sem expectativas, isto representa uma parcela altamente considerável de discentes com problemas de estímulo para continuarem os estudos.

Essa realidade aponta para diversas situações sobre as quais não se tem total controle, ao mesmo tempo em que podem ser consideradas de responsabilidade individual dos discentes, isto quer dizer, que os alunos poderão ser cobrados ou punidos individualmente por não terem condições de responder satisfatoriamente à sua vida acadêmica, deslocando desta feita os problemas causados pela pandemia como um problema único e, exclusivamente, seu. Essa é uma questão que não é exclusiva do momento pandêmico que enfrentamos, mas do próprio sistema neoliberal, que demanda cada vez mais dos estudantes uma intensificação de formação, habilidades e competências para o mercado de trabalho seletivo e competitivo (Hillesheim e Garcia, 2019).

O quadro emocional em que os estudantes de Ciências Sociais se encontram revela problemas estruturais do capitalismo que se reproduz com a exploração do trabalho, o aumento da pobreza e das desigualdades. Nesse cenário, a exclusão social e o acesso à educação como uma política social é cada vez mais recorrente e

crecente entre a população mais vulnerável. Como observa Santos (2020), numa perspectiva da Sociologia das ausências, a pandemia colocou em evidência a sobreposição do mercado ao direito à vida, aos direitos humanos, às condições adequadas de moradia, educação e saúde, de uma parcela da sociedade: pobres e negros.

Os dados aqui permitem sustentar que mais da metade dos discentes não faz parte de algum grupo de risco à saúde diante da pandemia da Covid-19, conforme indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS)¹⁰, com índice de 62,9%. Porém, quase um terço dos participantes, com um índice de 27,4% fazem parte de algum grupo de risco, e ainda, 9,7% dos participantes não sabem informar se fazem ou não parte desses grupos, o que denota uma porcentagem alta de desinformação sobre o tema.

As respostas a essa questão demonstram várias reações diante da situação que estão vivenciando. Assim, aparece um índice de 83,9% de pessoas que passam por preocupações com relação à pandemia.

As respostas apontam que houve pessoas do núcleo familiar dos entrevistados que perderam a vida por causa da Covid-19, com um índice de 3,2%. Com relação ao núcleo ampliado (amigos, parentes distantes), aparece um índice de 6,5% de respostas apontando a ocorrência de falecimentos. A falta de ocorrência de falecimentos aparece em menos da metade das respostas, com um índice de 43,5%.

Os participantes apontam uma situação preocupante com relação ao acesso às redes de internet. Um índice de 40,3% conta com acesso irrestrito a uma rede Wi-Fi por computador e telefone. Um índice de 21% demonstra ter acesso apenas à banda larga, através de pacotes de dados com tempo restrito. Já 30,6% contam com acesso a rede Wi-Fi apenas por meio de aparelho de telefone. E, ainda, 8,1% somente possuem acesso a uma rede Wi-Fi em locais públicos.

Considerando os sentimentos abaixo, como você esteve depois de 19 de março de 2020 (assinale quantas respostas forem necessárias)
62 respostas

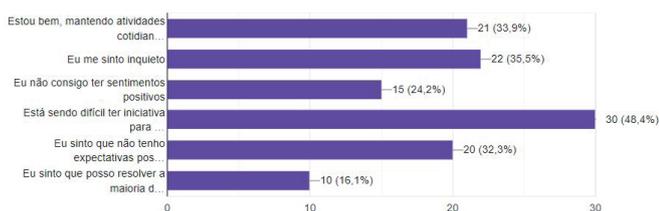


Gráfico 05: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação às expressões subjetivas diante da situação com a Covid-19

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

No que se refere ao COVID-19, você faz parte do grupo de risco (pessoas com diabetes, idosas, hipertensão, obesidade, etc.)?

62 respostas

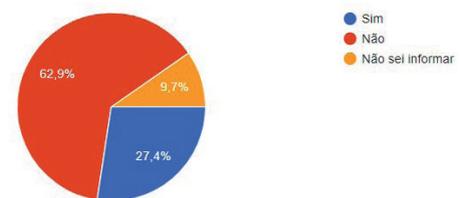


Gráfico 06: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação ao pertencimento, ou não, de algum grupo de risco quanto a saúde pessoal

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

¹⁰ Segundo a OMS, os grupos são: 60 anos ou mais; doença pulmonar crônica ou asma de moderada a grave; imunossuprimidos (câncer, HIV+, transplantados, doenças imunológicas, em uso prolongado de corticoides e outros medicamentos imunossupressores); doenças cardíacas; insuficiência renal; doenças hepáticas; diabetes mellitus e hipertensão arterial, especialmente se mal controlados; obesidade grave (IMC > 40 kg/m²); tabagistas.

Os estudantes que responderam ao questionário consolidaram um índice de 21% que contam com um aparelho de telefone compartilhado para possuírem acesso às comunicações virtuais, enquanto que 32,3% usam computador compartilhado com outras pessoas para acessar atividades e eventos online.

Participantes da pesquisa apontam um índice de 91,9% que buscam alguma informação acerca da pandemia da Covid-19. Somente uma quantidade minoritária, com 8,1% de pessoas, não procura ou não possui condições de obter informações sobre esta pandemia.

As respostas ao questionário demonstram que 71% das buscas de informações acerca da pandemia acontecem por meio da internet ou outras fontes especializadas. A televisão também é bastante citada com um índice que chega a 67,7% das indicações de fontes de informações sobre esta situação.

A grande maioria dos participantes não está conseguindo realizar trabalhos remunerados durante a pandemia. O índice correspondente a esta situação chega a 61,3%. Isto demonstra as consequências devastadoras dessa pandemia na sobrevivência dos discentes. Somente 17,7% possuem empregos em atividades presenciais.

Segundo seu nível de concordância (assinale quantas respostas forem necessárias)

62 respostas

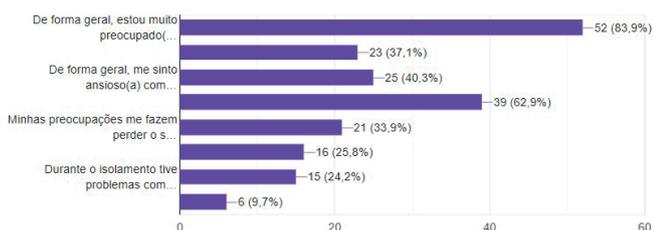


Gráfico 07: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação aos sentimentos e dificuldades resultantes da vida com a Covid-19

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Durante a pandemia houve falecimentos? (assinale quantas respostas forem necessárias)

62 respostas

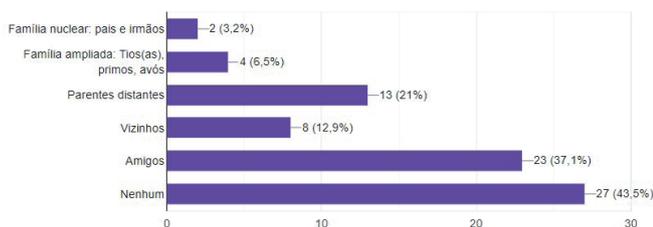


Gráfico 08: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação a tomada de conhecimento de óbitos de pessoas de algum convívio pessoal

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Os discentes servidores públicos, com um índice de 87,9%, que responderam ao questionário manifestaram não conseguir organizar o seu plano de trabalho em *home office*. Isto é mais um indicativo das dificuldades que os discentes enfrentam com o ensino remoto.

Um pouco mais de 1/3 (um terço) dos participantes, ou seja, 35,5% indicaram a possibilidade de participar das aulas remotas. Outra parcela um pouco menor aponta a preferência por aulas presenciais, com índice de 33,9%. E, houve quem preferisse

A respeito de acessibilidade por via remota, quais são as suas condições?

62 respostas

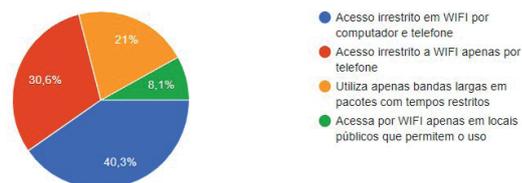


Gráfico 09: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação às condições de acessibilidade virtual de informações

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

A respeito da acessibilidade e condições de uso tecnológico (assinale quantas respostas forem necessárias).

62 respostas

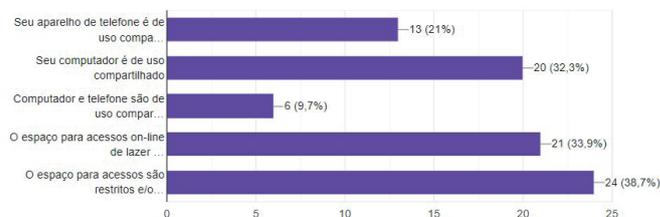


Gráfico 10: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação ao uso de equipamentos de comunicação virtual

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Sobre informações a respeito do COVID-19

62 respostas



Gráfico 11: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação ao acesso às informações sobre a Covid-19

Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

que não fossem realizados quaisquer tipos de atividades acadêmicas durante a pandemia, com índice de 12,9% dos participantes da pesquisa.

Condições de acesso e permanência na universidade em tempos de pandemia

Quando perguntados sobre a residência (Gráfico 01), 45 estudantes (72,6%) responderam que é própria, no entanto, apenas 07 (11,3%) habitam em residências com mais de três compartimentos. Do total de 62 respostas obtidas, 7% (06) dos estudantes compartilham a mesma casa com mais de cinco pessoas e 4,8% (03) com mais de sete.

Sobre o Gráfico 05, "ter expectativas positivas a respeito de nada", aparece com índices maiores que 30%. A alternativa "está sendo difícil ter iniciativa para fazer as coisas", por sua vez, atingiu 48,4%, com 30 respostas. Se considerarmos que das quatro alternativas com maior número

de respostas, três delas apontam para os efeitos negativos, do ponto de vista psicológico e emocional, podemos inferir que a pandemia provocou consequências negativas em fatores como autoestima ou expectativa, conforme demonstra a representação gráfica desta questão.

Quando perguntados sobre fazer parte de grupos de risco, para os quais a Covid-19 pode ter efeitos mais drásticos (pessoas com diabetes, idosas, hipertensão, obesidade etc.), 27% (17) dos entrevistados fazem parte de pelo menos um desses grupos, e 9,7% (06) não sabem informar, o que revela um índice alto de estudantes portadores ou em contato direto com pessoas em grupos de riscos (Gráfico 06).

A pergunta número 07, para qual também era possível marcar múltiplas alternativas, obteve 197 respostas, ou seja, na média cada estudante assinalou um pouco mais que três alternativas. A pergunta era sobre o nível de concordância com relação às alternativas propostas. As respostas demonstram preocupação e ansiedade com esta situação vivenciada de pandemia.

Das oito alternativas, duas merecem destaque, pelo alto índice de respostas que atingiram: uma sobre se o(a) participante

Qual principal meio que você utiliza para se manter informado? (assinale quantas respostas forem necessárias)

62 respostas

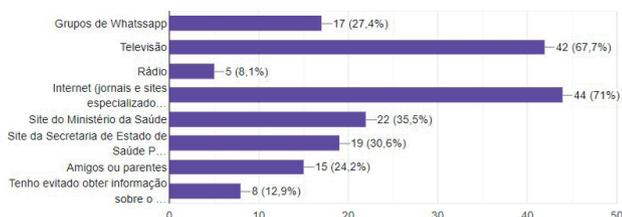


Gráfico 12: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação aos meios que dispõem para receber informações gerais
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Caso esteja trabalhando, de que forma o mesmo está sendo realizado durante o período de pandemia?

62 respostas

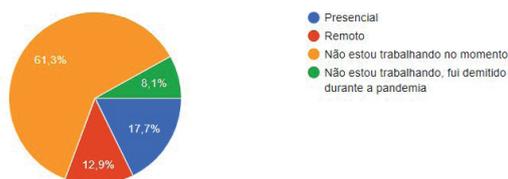


Gráfico 13: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação ao exercício de trabalho remunerado durante a pandemia de Covid-19
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Caso seja servidor(a), você está conseguindo organizar o seu plano de trabalho em home office?

33 respostas

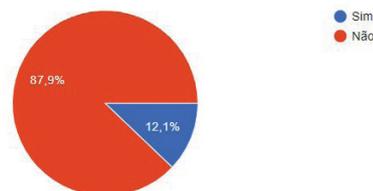


Gráfico 14: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação a possibilidade de organização do próprio plano de trabalho em home office
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

Em que condições você considera viável retomar atividades na FACSAT?

62 respostas

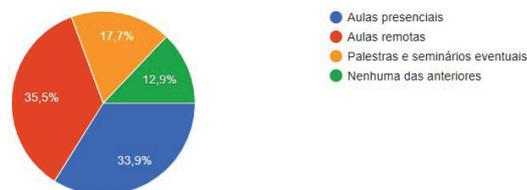


Gráfico 15: Disposição dos dados dos participantes da pesquisa com relação a postura sobre a viabilidade de retomada das atividades pedagógicas na Facsat durante a pandemia de Covid-19
Fonte: Pesquisa da Facsat, Ensino Remoto e Pandemia de Covid-19, 2020.

estava muito preocupado(a) com a Pandemia de Covid-19 e seus efeitos (saúde, sociais e financeiros), com 83,9% (52) respostas; e outra sobre o anseio para o retorno das atividades acadêmicas, na medida do possível, com 62,9% (39) (Gráfico 07)

No Gráfico 8, quando perguntados sobre a ocorrência de falecimento de familiares, vizinhos e amigos em decorrência de contaminação pela Covid-19, 56,5% (35) dos estudantes respondem que sim, para: pais, irmãos, tios, primos, avós, parentes distantes, vizinhos e amigos. Isso nos liga imediatamente ao gráfico anterior, no que diz respeito ao alto grau de preocupação e ansiedade que permeia o cotidiano dos discentes que responderam ao questionário.

Duas perguntas (Gráficos 09 e 10) versavam sobre as condições de acessibilidade para atividades acadêmicas remotas e sobre recursos tecnológicos necessários para o acompanhamento destas atividades. Observando os gráficos comentados acima, vemos que menos da metade (40,3) possuem acesso irrestrito via rede sem fio (Wi-Fi) à internet, via telefone e computador. Somam 51,6% entre os participantes, os que possuem acesso limitado por banda larga (21%), ou apenas por telefone (30,6%), enquanto que 8,1% acessam a internet por Wi-Fi apenas em locais públicos, a partir de redes abertas.

Com relação aos recursos tecnológicos (aparelhos celulares e computadores) e locais de acesso, 21% (13) dos estudantes utilizam aparelho de telefone compartilhado com uma ou mais pessoas, 32,3% (20) responderam que o computador é de uso compartilhado, e 9,7% (06) compartilham o celular e o computador. Nesse aspecto, vale destacar que, segundo a Pró-reitora de Assuntos Estudantis e Extensão (PROEX), a Unifesspa buscou meios para dirimir os problemas sobre esses limites de equipamentos tecnológicos, apoiando um total de 539 discentes com chips para celular e auxílios para equipamentos de informática, a partir de editais amplamente divulgados à comunidade acadêmica.

Ainda sobre o espaço físico que possivelmente utilizarão para realizar as atividades remotas, 33,9% (21) responderam que é apropriado, contra 38,7% (24) que afirmaram que o espaço físico que possuem para realização das atividades remotas é restrito e/ou inadequado por se tratar de espaço coletivo familiar.

Os dados acima nos levam a observar que apesar do número de estudantes que expressaram o desejo de retornar às aulas presenciais ser muito elevado (33,9%), este índice não pode ser analisado isoladamente (Gráfico 15). É preciso fazer atenção para as respostas anteriores, sobre as condições de acesso à in-

ternet e se há ou não espaço adequado em casa para realização de atividades remotas. Sobretudo, quando comparamos o número de pessoas que compartilham a mesma residência: 14,5% com mais de cinco e mais de sete pessoas e apenas 11,3% dos alunos residem em habitações com mais de três compartimentos.

Quando comparados a estes outros fatores, faz sentido alguém responder que sejam preferíveis atividades presenciais, mesmo diante de uma pandemia, tendo em vista a impossibilidade de acompanhamento das atividades de forma remota, seja por não ter acesso adequado à internet, por compartilhar celular e computador (63% das respostas para esta questão), ou por não possuir nas suas residências um espaço adequado a este tipo de atividade.

A partir das informações obtidas concluímos que se tornam indispensáveis algumas ações, caso seja aprovado o retorno às aulas remotamente: a) oferta obrigatória de um pacote de dados de internet móvel, para estudantes que possuem acesso restrito à internet ou não possuem acesso; b) planejamento e execução das atividades remotas de modo que os alunos possam ter flexibilidade de horário para realizar pelo menos algumas das atividades, o que atenderia os estudantes que compartilham celular, computador e/ou não possuem espaços individuais para estudo; c) disponibilidade de computadores nos laboratórios de informática, respeitando obviamente todas as normas de segurança sanitária (número de pessoas, distanciamento social, produtos para higienização e uso de máscara); d) uma agenda de debates organizados pela Facsat com temas que sejam transversais às disciplinas ofertadas no semestre, com atividades definidas para serem enviadas por e-mail aos professores das respectivas disciplinas; e) considerando os dados aqui apresentados sobre acesso à internet e espaços adequados para estudos *home office*, não consideramos viáveis videoaulas em salas de web conferência, nos moldes que têm sido desenvolvidos por instituições de ensino particulares, com obrigatoriedade de vídeo aberto para registrar presença¹¹.

De toda forma, antes de qualquer proposição de aulas curriculares remotas, o debate sobre as condições de inclusão/exclusão deve ser amplamente efetivado não apenas pela Facsat, mas proposto no âmbito de toda a comunidade acadêmica.

Percepção (in)conclusiva

Neste artigo nossa intenção foi propor um debate sobre a relação entre ensino de Ciências Sociais e o contexto de

¹¹ Os termos *síncronas* e *assíncronas* passaram a constituir a linguagem do ensino remoto nas universidades federais brasileiras a partir de março de 2019, com a suspensão das atividades presenciais. Na Unifesspa estes procedimentos foram formalizados através das resoluções nº 500/2020 e 501/2020 publicadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unifesspa (Consepe). Em ambas as normativas foram definidas como atividades ou comunicação síncrona as atividades de ensino nas quais todos (docentes e discentes) estariam conectados à internet, on-line ao mesmo tempo; e atividades ou comunicação assíncrona aquelas constituídas por "tarefas off-line, com utilização de comunicação indireta ou outras formas de compartilhamento de conteúdo acadêmico com a mediação do docente, tais como videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais, redes sociais, e-mail, orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades, exercícios, entre outros".

isolamento social orientado para reduzir o contágio pelo novo Coronavírus. Nosso argumento foi sustentado pela pesquisa realizada com os alunos do curso de graduação em Ciências Sociais do *Campus* de Marabá da Unifesspa, no qual os autores desde texto são professores, nas disciplinas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Nosso argumento foi atravessado pelas inquietações provocadas pelas pressões do Ministério da Educação do Brasil, expressas nas pautas de retorno às atividades de ensino de graduação e pós-graduação de forma remota, conforme estabeleceu as resoluções nº. 500/2020 e 501/2020 publicadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unifesspa (Consepe).

Os debates travados nas instâncias superiores das universidades federais brasileiras, e as decisões impostas aos docentes e técnicos administrativos, na maioria das vezes justificadas pelas pressões políticas do MEC, que defendia o retorno às atividades de ensino na modalidade online, sob o risco de cortes nos orçamentos das universidades e das bolsas de pesquisa e permanência, nos remetem aos argumentos de Veena Das, sobre atividades de ensino e pesquisa durante a pandemia. Para a autora

Uma questão trazida à tona por esta pandemia é que as experiências de governança variam enormemente entre diferentes regiões do mundo – na verdade, que as mesmas políticas, como os lockdowns, se desenrolam de modo distinto para as classes médias e para os pobres. Parece que a maioria dos formuladores de políticas públicas, burocratas e modeladores matemáticos simplesmente não sabem como vivem os pobres, sendo, por isso, incapazes de antecipar suas ações e conseqüentemente de levar em conta essas variações do comportamento humano em suas modelizações. Decisões em contextos de incerteza se tornarão a norma nos modos de se lidar com um vírus sobre o qual tão pouco sabemos, mas o imperativo de produzir fatos melhores e mais bem fundamentados não será sentido com tamanha urgência como nos próximos anos (Das, 2020, p. 02).

Concordamos com a autora quando descreve o cenário atual como caótico e de violência extrema para os mais vulneráveis socialmente, pois, sem dúvida, o vírus não atinge a todos da mesma forma. Ao contrário, a pandemia escancara ainda mais as desigualdades sociais, regionais, de raça e gênero, o que se acentua no Brasil pelas contraditórias narrativas entre especialistas em saúde, epidemiologistas, economistas, veículos de imprensa e gestores públicos. Enfatiza-se ainda a postura negacionista do governo federal sobre pautas de prevenção contra disseminação do vírus, tais como *lockdown*, isolamento social, obrigatoriedade de uso de máscara em espaços coletivos, higienização das mãos, vacinação, entre outras. São ações que contaminam em proporções tão catastróficas quanto o vírus a opinião de gestores municipais e comerciantes, o que expressam em protestos recorrentes

contra o fechamento de fábricas e do comércio, confundindo a opinião pública e disseminando desinformação sobre formas de contágio, prevenção e tratamento da doença.

Por essas e outras razões nos perguntamos como Veena Das:

Como cumprir nossa responsabilidade de garantir que estudantes desenvolvam competências para ler e entender opiniões complicadas e divergentes, e que eles não deixem de lado seu amor pela compreensão sutil e nuançada, em face das necessidades mais rudimentares e imediatas em uma emergência? (Das, 2020, p. 03).

Em face desta questão, e das disputadas narrativas em torno da pandemia, numa guerra travada entre especialistas em saúde e gestão pública contra a desinformação que perpassa todo o debate público sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil, retornamos aos dados coletados pela pesquisa realizada com os discentes da graduação em Ciências Sociais da Unifesspa-*Campus* Marabá, para algumas considerações pontuais¹².

Primeiro é preciso considerar que apenas 36%, entre 176 alunos matriculados, responderam ao questionário e, desses, 91% residem em área urbana, com grande parte em residências com mais de 5 pessoas e/ou com até 3 cômodos. Nesse universo, em que a maioria indica acesso relativamente fácil aos meios digitais, impõe-se referir as condições objetivas de existência desses estudantes, uma vez que a moradia compartilhada com mais de cinco pessoas soma 14,5% dos participantes da pesquisa. Isto representa uma quantia considerável dos estudantes da Facsat em condições precárias de habitação, levando em conta ainda que 64% nem mesmo acessaram o questionário, o que pode indicar uma quantidade muito grande de estudantes sem nenhuma forma de acesso à internet.

A respeito das condições de acessibilidade, no **gráfico 10**, mais de 50% indica compartilhamento do uso de telefone e/ou computador e 38,7% indica espaço restrito para a realização de atividades remotas. Com isso é possível deduzir que as respostas revelam o baixo acesso aos meios informacionais necessários a atividades de ensino virtuais, ainda que a Unifesspa tenha lançado importantes editais para dirimir os limites de conectividade. Há que se considerar, ainda, olhando o **gráfico 13**, sobre as condições de emprego, em que 61,35% se encontram em situação de desemprego, sendo que uma parcela de 8,15% foi demitida durante a pandemia.

Considerando a pesquisa sob o ponto de vista emocional dos estudantes, o gráfico da questão 05 nos traz uma preocupação: ainda que observando o pequeno universo de retorno à pesquisa, note-se que 35% dos participantes se sentem inquietos (as), e ainda 48,4% apontam a dificuldade de terem iniciativas, juntamente com 32,3% dos participantes que se sentem sem ex-

¹² Não é possível um caráter conclusivo, considerando que a pandemia está ainda em curso, em piores condições do que no período da realização da pesquisa. No momento em que finalizávamos este artigo (abril de 2021), os casos de infecção, reinfeção e mortes pela Covid-19 atingiam número exorbitantes que ultrapassavam mais de 300.000 mortes e a marca de 4.000 óbitos num único dia, com apenas 10% da população vacinada, segundo dados divulgados pelo consórcio de veículos de imprensa. (<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/>).

pectativas. Isto representa uma parcela altamente considerável de discentes com problemas de estímulo para continuarem os estudos, o que indica possível evasão crescente, levando em conta, ainda, o grande percentual de estudantes desempregados. Há que se notar que três das nossas turmas frequentam atualmente o curso no período vespertino, e que a maioria dos discentes depende de emprego e renda fixa para manter-se nos estudos.

Nossa conclusão nos leva a considerar que, assim como indicado na maioria dessas respostas livres, melhor que ocorressem seminários, palestras, exercícios com experiências próprias e carga horária atribuída como atividade complementar, ao invés de disciplinas curriculares sujeitas a avaliações e frequências. As atividades complementares poderão garantir melhor participação e acolher a expectativa daqueles a quem a acessibilidade é possível. Manteríamos assim o vínculo entre a Facsat e os estudantes que pudessem ser alcançados, sem que aos demais ficassem realçadas suas situações de vulnerabilidade, sabendo que o ensino remoto pode representar outra forma de exclusão aos grupos tradicionais e vulneráveis.

Em contexto de pandemia, instabilidades emocionais e físicas marcam o cotidiano da vida em que o isolamento social provoca limites materiais, psicológicos e sociais que são, muitas vezes, difíceis de serem identificados (Segata, 2020). Reconhecer essa questão é ter sensibilidade para considerar os discentes em suas reais condições e, assim, oferecer práticas que considerem que eles importam enquanto sujeitos, com direitos a um ensino público de qualidade, e, portanto, para uma sociedade melhor.

Estamos diante do fato de que não se pode separar o ensino remoto da sociedade, não se pode restringi-lo à Universidade ou a um aspecto burocrático mediado pelo sistema operacional de frequências e disciplinas, pois estamos tratando de formação para a vida e não apenas ao mercado. A pesquisa apenas confirmou o que assistimos ainda perplexos e que se estampa em todos os noticiários em dimensões infinitamente ampliadas: o imenso fosso de desigualdade e de exclusão que separam os que terão acesso à educação e aqueles a quem está dada a opção entre morrer de fome ou pela doença.

Referências bibliográficas

- BIEHL, J. 2011. Antropologia no Campo da Saúde Global. *Horizontes Antropológicos*, 17(35):257-296. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100009&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 07/04/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832011000100009>
- CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (coord.). 2020. *Conflitos no Campo: Brasil 2019*. Goiânia, CPT Nacional, 249p.
- CONGILIO, C. R.; IKEDA, J. C. O. 2014. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, 18(32):79-90. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/25693>>. Acesso em: 07/04/2020.
- DAMATTA, R.; LARAIA, R. de B. 1978. *Índios e castanheiros: A empresa extrativa e os Índios no Médio Tocantins*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 147p.
- DAS, V. 2020. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia*: 01-08. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-26>>. Acesso em: 07/04/2020.
- FERREIRA, M. R. 1981. *A ferrovia do diabo. História de uma estrada de ferro na Amazônia*. São Paulo, Melhoramentos, 407p.
- FIGUEIRA, R. R. 1986. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Rio de Janeiro, Vozes, 115p.
- GOIS, A. *Tanta gente! Esses são os 20 países mais populosos do mundo em 2020*. Disponível em: <<https://www.maioresemelhores.com/paises-maispopulososdomundo/>>. Acesso em: 10/08/2020.
- HÉBETTE, J. (Org.). 1991. *O cerco está se fechando. O impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, Vozes; Belém: FASE/NAEA/UFPA, 347p.
- _____. 2004. Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. In: _____. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. I. Belém, EDUFPA, p. 331-354.
- HILLESHEIM, J.; GARCIA, A. 2019. Educação e trabalho no Brasil: a perspectiva defendida pelo capital para a formação dos trabalhadores. *Revista Katálysis*, 22(3): 491-501. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300491&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 07/04/2021.
- IANNI, O. 1987. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Rio de Janeiro, Vozes, 235 p.
- LEVIN, J. 1987. *Estatística aplicada às ciências humanas*. São Paulo, Harbra, 310p.
- MARTINS, J. de S. 1980. *Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo*. São Paulo: Hucitec, 184p.
- _____. 2009. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: _____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, p. 25-70.
- MELINO, T. 2011. "Vale duplica ferrovia e multiplica violações no Maranhão e Pará". *Revista Caros Amigos*, 177: 10-15. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/noticia/109774>>. Acesso em: 05/09/2020.
- MILLER, D.; SLATER, D. 2004. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad*. *Horizontes Antropológicos*, 10(21): 41-65. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100003&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 07/04/2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>
- PEREIRA, A. R. 2004. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia paraense: O caso da fazenda Bela Vista*. Viçosa, MG. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 205p.
- _____. 2015. *Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará*. Recife, Editora UFPE, 386p.
- RICHARDSON, R. J. 1989. *Pesquisa social. Métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 334p.
- RIFIOTIS, T. 2016. Etnografia no ciberespaço como "repopoamento" e explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(90): 85-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000100085&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 07/04/2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319085-98/2016>
- SANCHIS, P. 1997. Da quantidade à qualidade. Como detectar linhas de força antagônicas de mentalidade em diálogo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(12): 103-126. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/33/rbcs33_07.pdf>. Acesso em: 07/04/2021.
- SANTOS, B. S.. 2020. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra, Edições Almedina, 32p.

SARAIVA, k.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. 2020. Educação em tempos de Covid-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, 15: 1-24. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289>>. Acesso em: 07/04/2021.

DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16289.094>

SEGATA, J. 2020. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, 26(57):275-313. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832020000200275&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07/04/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832020000200010>

SILVA, I. S. 2014. Memória social e construção de mitos fundacionais: separatismo na Amazônia Oriental. *Novos Cadernos NAEA*, 17(1): 203-223. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1524>>. Acesso em: 07/04/2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v17i1.1524>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. 2020. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 500/2020**, de 12 de agosto de 2020. Dispõe sobre o Período Letivo Emergencial

(PLE). Marabá: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/images/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_500_12_08_2020_PLE.pdf>. Acesso em: 07/04/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. 2020. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 501/2020**, de 17 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a retomada das Atividades Acadêmicas Regulares do período letivo 2020.2 e sobre a autorização da oferta do período letivo 2021.1. Marabá: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/images/calendario_academico/RESOLUO_N_501_Atividades_Acadmicas_20202_20211.pdf>. Acesso em: 07/04/2021.

VALE. *Complexo S11D Eliezer Batista*. Disponível em: <<http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/Home.aspx>>. Acesso em: 02/09/2020.

Submetido: 24/10/2020

Aceite: 17/04/2020